Discurso epistolar de Auschwitz: para além da cena do discurso.

Auschwitz's letter memory: for after discourse cene.

Marcio de Lima Pacheco[1]
Plinio Pereira Filho[2]

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer discussões ao analisar a história e processo de produção e circulação de documento epistolar em um campo de concentração nazista. Que prática discursiva se mostra nas cartas a partir do cenário vividos pelos protagonistas? Para a nossa investigação lançamos mão dos pressupostos teóricos da Análise de discurso (AD) de Linha Francesa, sobretudo dentro dos postulados dos estudos do Interdiscurso e Cena Discursiva enveredados pelo teórico Dominique Maingueneau; com Eni Orlandi com a obra *as formas de silêncio* e suas significações; das contribuições de Hannah Arendt sobre as facetas do antissemitismo, do Estado Totalitário Nazista, da ideologia e do terror como forma de governo. Nossa metodologia está pautada no método qualitativo e buscou analisar os mecanismos de controle do discurso estabelecidos pelos campos, bem como esses mecanismos determinavam que condições de produção do discurso seriam possíveis.

Palavras Chave: Interdiscurso. Cena Discursiva. Nazismo. Auschwitz. Carta.

---

[1] Doutorado em Letras, Linguística e Discurso (UERN)/ Doutor em Filosofia/Metafísica (PUCSP)/ Mestre em Filosofia/Metafísica (UFRN)/ Avaliador INEP/MEC dos Cursos de Filosofia e Teologia/ Professor e tradutor: Latim, Grego e Hebraico / Trabalha com as disciplinas em Doutorado e Mestrado: Filosofia da Linguagem, Tópicos da Filosofia Moderna e Medievais; Disciplinas na graduação: Metodologia do Trabalho Científico, Ontologia I e II, Filosofia da Linguagem, Antropologia Filosófica, Bioantropologia, História da Filosofia Antiga e Medieval, Bioética, Biofilosofia, Teologia, Leitura e Interpretação de Textos, Sociologia Jurídica. Tem projetos de investigação que estudam sobre: Paulo Ricoeur, São Tomás de Aquino, Tradução dos textos de Agostinho de Hipona, Fenomenologia da Religião, Moral Sacramental, Doutrina Social, História da Igreja Medieval, Liturgia Cristã, Ética Social e Ética Cristã, Participa do Grupo de Teoria Política Contemporânea vinculado ao Departamento de Filosofia da UNIR. E-mail: ppachecus@hotmail.com

[2] Doutorando em Letras pelo PPGL/UERN e membro do Grupo de Estudos do Discurso (GRED) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: professor_plinio@hotmail.com

ABSTRACT

This article aims to bring discussions when analyzing the History and process of production and circulation of the last and unpublished letters in a sanatorium in Nazi Germany. What discursive practice is shown in the letters from the scenario experienced by the protagonists? For our investigation we used the theoretical assumptions of Discourse Analysis (AD) of French Line, especially within the postulates of the studies of Interdiscourse and Discursive Scene undertaken by the theoretician Domenique Maingueneau; with Eni Orlandi with the work the forms of silence and their meanings; Hannah Arendt's contributions on the facets of anti-Semitism, the Nazi Totalitarian State, ideology and terror as a form of government. Our methodology

Keywords: Interdiscourse. Discursive Scene. Nazism. Auschwitz. Carta.

ARBEIT MARCH FREI: NOTA INTRODUTÓRIA

Das memórias de um sobrevivente:

> No caminho para o local de trabalho, vimos outros grupos de prisioneiros em marcha - prisioneiros de guerra britânicos, prisioneiros de guerra russos, tchecos, alemães, poloneses, ucranianos sérvios, *AEL Arbeitserzeihungslger* (Campo de Educação para o Trabalho), *politische haeftlinge* (prisioneiros políticos), *Bibelforscher* (Testemunhas de Jeová), *Homoexuelle* (homossexuais) e muitos outros. Ao todo, havia talvez vinte a trinta grupos de diferentes nações. Cada grupo foi alojado em um campo separado. A maioria dos rostos dos prisioneiros em marcha era pálida e cheia de medo. Eles estavam arrastando os pés. Todos os presos usavam um triângulo ou distintivo. Os criminosos usavam triângulo verde, os presos políticos usavam vermelhos, os homossexuais usavam rosa, as testemunhas de Jeová usavam lavanda e os judeus usavam uma estrela de Davi amarela. Aparentemente, todos os cativos foram considerados pelos alemães untermentchen (subumanos). Muitas vezes, vimos como aqueles homens marcharam foram espancados, às vezes até a morte pelos guardas. Em Blechhammer, percebi que os judeus não eram as únicas vítimas. **Todo judeu era uma vítima, mas nem todas as vítimas eram judeus. Isso não era uma mera manifestação de anti-semitismo, era uma**

> **manifestação de anti-humanismo**. **(grifos do autor)** (WIENER, 2007, p. 39, tradução nossa)[3]

As informações de Wiener corroboram com os dados catalogados por Erik Lordhal no que diz respeito a classificação e distinção de prisioneiros que chegavam aos campos de trabalho forçado.

> Os números de prisioneiros eram normalmente distribuídos sucessivamente, mas alguns campos reservavam números de série para grupos de prisioneiros especiais e para prisioneiras do sexo feminino. Outros campos reutilizaram os números e, portanto, o número mais alto usado não representou necessariamente o número total de prisioneiros que passavam por um acampamento. Prisioneiros em subcampos obtiveram seus números no registro principal do campo. Aqueles que se transferiram de um KZ para outro receberam um novo número no novo campo, e alguns prisioneiros, por exemplo. Judeus em Auschwitz que foram selecionados para o extermínio imediato, não foram registrados. No campo, o número do prisioneiro era a identidade oficial de uma pessoa. Este número foi usado no casaco e na calça, em adição a outras insígnias, e. um triângulo colorido com letra maiúscula para o grupo de prisioneiros e nacionalidade identificados: Vermelho: prisioneiros políticos, Verde: criminosos, Black: Anti-socials (sem-teto, vagabundos, etc.) Rosa: Homossexual, Violeta: Testemunhas de Jeová – *Bibelforscher*, Azul: Emigrantes, Brown: ciganos, Amarelo: judeus[4]

---

[3] Do original: On the way to our working place, we noticed other marching groups of prisoners – British POW's, Russian POW's, Czechs, German, Poles, Serbs Ukrainian, AEL *Arbeitserzeihungslger* (Work Education Camp), *politische haeftlinge* (political prisoners), *Bibelforscher* (Jehovah's Witnesses), *Homoexuelle* (Homosexuals), and many others. In all, there were perhaps twenty to thirty groups from different nations. Each group was housed in the separate camp. Most faces of the marching prisoners were ashen and fear-ridden. They were dragging their feet. Every prisoners wore a distinguishing triangle or badge. Criminals wore green triangle, political prisoners wore red ones, homosexuals wore pink ones, Jehovah'Witnesses wore lavender ones, and Jews wore a yellow Star of David. Apparently, all those captives were deemed by the German to be *untermentchen* (subhuman). Many times, we could see how those marching men were beaten, sometimes to death by their guards. In Blechhammer, I became aware that Jews were not the only victims. **Every Jew was a victim, but not all victims were Jews. This was not a mere manifestation of anti-Semitism, it was a manifestation on anti-humanism.**

[4] Prisoner numbers were normally allotted successively, but some camps reserved serial numb-ering for special prisoner groups, and for female prisoners. Other camps re-used the numbers and,

Na autobiografia *From A Name to A Number* (De Um Nome para Um Número) de Alter Wiener, sobrevivente do Holocausto, as memórias do campo trazem a dor do sujeito que antes de perder a vida, perdia a sua identidade quando tinha seu nome substituído por um número de identificação do prisioneiro. Lordahl (2002, p. 13) afirma que 'ao chegar em um acampamento, o prisioneiro foi registrado, recebeu um número de prisioneiro e também recebeu um *Häftlings-Personal-Karte* (Cartão de Prisioneiro) com todas as informações relevantes a serem preenchidas'[5]. Ressalta-se aqui que, Alter na condição de prisioneiro, será apenas identificado por um numero, assim como outras centenas de milhares de judeus.

Além do número de registro do prisioneiro, outros signos eram expostos para identificar que tipos de prisioneiros se apresentavam alí. Lordahl (Op. Cit) afirma que eram usados 'o número do prisioneiro e um triângulo colorido com letra maiúscula para o grupo de prisioneiros e nacionalidade identificados'. Nesse grupo estavam, o Vermelho: prisioneiros políticos; verde: criminosos, Negro: anti-sociais (sem-teto, vagabundos, etc.) Rosa: Homossexual; Violeta: Testemunhas de Jeová; Azul: Emigrantes; Marrom: ciganos, Amarelo: judeus.

Depois de classificados, este eram isolado nos campos de trabalho forçado, como assim eram chamados os campos de concentração nazistas. A partir desse momento, a única forma de

---

therefore, the highest figure used did not necessarily represent the total number of prisoners passing through a camp. Prisoners in subcamps got their numbers from the main camp registry. Those who transferred from one KZ to another got a new number in the new camp, and some prisoners, e.g. Jews in Auschwitz who were selected for immediate extermination, were not registered. In the camp the prisoner number was a person's official identity. This number was worn on the jacket and trouser, in addition to other insignia, e.g. a colored triangle with a capital letter to identified prisoner group and nationality: Red: Political prisoners – Schutzhäftling *), Green: Criminals, Black: Anti-socials (homeless, vagabonds, etc.), Pink: Homosexual, Violet: Jehovah's Witnesses – Bibelforscher, Blue: Emigrants, Brown: Gypsies, Yellow:Jews

[5] No original: Upon arrival in a camp the prisoner was registered, given a prisoner number, and also given a *Häftlings-Personal-Karte* (Prisoner Card) with all the relevant information to fill out: LORDAHL, Erik. German Concentration Camps 1939-1945: HISTORY AND INMATE MAIL. DVD-book, Tårnåsen-Noruega, 2012

comunicação com os familiares que estavam fora passava a ser a correspondência.

O judeu Alter Wiener é um sujeito histórico, pois enuncia a partir de um determinado lugar (campo de trabalho forçado) e em um determinado tempo (1945) e os sentidos que esse sujeito produz, são determinados pela maneira que ele se inscreve na língua e na história e não unicamente por sua vontade. Este "determinado lugar" e "determinado tempo" é o que consideramos, em AD, como partes constituintes das condições de produção que "desempenham um papel essencial na construção dos corpora" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 114) interferindo e dando condições de forma ativa na produção de discursos e seus efeitos de sentidos. A partir desse sujeito que discursiviza, pensaremos na noção sujeito para a AD, bem como a noção de *ethos* discursivo a partir da materialidade discursiva em cartas dos campos de concentração nazistas, já que o *ethos* representa a personificação do sujeito através do seu discurso.

Primeiramente, a noção de ethos discursivo é apresentada por Maingueneau (2010, p. 79) como "coextensivo a toda a toda enunciação: o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor; que este último tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável", o *ethos* representa a personificação do sujeito através do seu discurso, que para Maingueneau, não é levado em consideração apenas o discurso oral, como apresentado no *ethos* retórico, mas também o discurso não verbal. Em outras palavras, o autor nos apresenta uma definição que visa ir além do ato da fala como uma maneira de personificar o sujeito de um determinado discurso, pois ele acredita que o corpo, o ato da escrita, gestos/ a forma como o locutor se porta antes mesmo de abrir a boca já nos permite construir sua imagem. É esse *ethos* discursivo do sujeito judeu, isolado e sobre condições de produção diversa que nos deteremos em fazer análise.

Nesse sentido, e ainda sobre a categoria do *ethos*, Maingueneau (2006b) defende que a noção de *ethos* permite a articulação do corpo e do discurso, ou seja, a articulação da voz que se manifesta no discurso. O enunciador caracterizado é o enunciador que recebe o nome de fiador, aquele que está responsável pelo discurso dentro da cena de enunciação, este por meio do seu tom de voz, seja ele, no contexto escrito ou oral, afirmando o que está sendo dito no discurso. Assim sendo, "a qualidade do *ethos* remete a um fiador que, através desse *ethos*, proporciona a si mesmo uma identidade em correlação direta com o mundo que lhe cabe fazer surgir" (MAINGUENEAU, 2006b, p. 278), e por isso o fiador tem a responsabilidade de legitimar a si e seu discurso dentro da cenografia em que está.

Se por um lado temos um fiador e uma cenografia, por outro lado, percebe-se que o sujeito na AD é, em sua essência, histórico, conduzido pela ideologia, e interpelado por ela. Um sujeito assujeitado ideologicamente e guiado pelo inconsciente. O dizer não nasce no sujeito, nasce em determinado contexto. O sujeito é social, é histórico e cultural, pois

> sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço orientado socialmente, o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro (BRANDÃO, 2012, p. 59).

O sujeito é histórico, é influenciado por seu inconsciente e é, ainda, determinado a todas as condições de produção possíveis. Entendemos que o sujeito não tem domínio sobre o que diz, uma vez que o sujeito não ocupa uma posição de centro, o que nos leva a questionar "aquela concepção do sujeito enquanto ser único, central, origem e fonte do sentido, formulado inicialmente por Benveniste, porque na sua fala outras vozes também falam" (BRANDÃO, 2012, p. 59). O sujeito na AD; não é dono do que

diz, não é dono de seu discurso, é apenas o produtor dos dizeres possíveis.

Nesta perspectiva, é importante ressaltarmos a categoria sujeito dentro na Análise do Discurso. Segundo o próprio Maingueneau (2012), segundo o qual o sujeito do discurso

> é um sujeito composto de várias denominações. Ele é polífono, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas. Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não conscientes, outros ainda, inconscientes. Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis conduz o sujeito do discurso a se lançar em operações diferentes. No primeiro caso, ele exerce o papel de codificador; no segundo, o papel de decodificador, sendo ambos produtos de inferências que não são exatamente idênticas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 458).

Entendemos o que Charaudeau e Maingueneau (2012) nomeiam de posições que o sujeito assume na produção de seus discursos como "desempenhar alternativamente dois papeis": Primeiramente, o sujeito, ao produzir um ato de linguagem, entra em um processo de suposição dos efeitos de sentidos que serão produzidos por aqueles que receberão seu discurso, os outros. Isto é, entram em processo de suposição se seus efeitos de sentidos pretendidos foram os produzidos, pelo sim ou pelo não, seguem em seu processo de ressignificação dos efeitos de sentidos que possam ter sido produzidos. Em segunda instância, o sujeito aciona seus conhecimentos e suas ideologias e parte à atribuição de sentidos para o que é dito.

Corroborando com as supracitadas ideias de Maingueneau, Orlandi (2007: 42), enfatiza que "o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam".

Assim como Wiener, muitos outros judeus viveram sobre a égide da dominação e da ideologia do governo totalitário nazista na Segunda Guerra. Os governos totalitários fundamentam-se na ideologia do domínio total através do terror, longe de qualquer humanidade e de sua racionalidade. Sistematizam a violência de forma burocrática e desenraizam inteiramente o homem da sua própria realidade e humanidade. Trazem o terror para o terreno da instituição de forma administrativa e lógica.

É com base nas memórias do sujeito que passaram por este regime de racismo, perseguição e medo na Segunda Guerra, que faremos uma abordagem no que tange o interdiscurso e o *ethos* discursivo na análise de documentos epistolares. Tangencialmente, trataremos um pouco do silêncio como forma de trazer significados para o que foi ou deixou de ser silenciado na censura das cartas.

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

> "Terror can rule absolutely only over men who are isolated against each other… Therefore, one of the primary concerns of all tyrannical government is to bring this isolation about. Isolation may be the beginning of terror; it certainly is its most fertile ground; it always is its result. This isolation is, as it were, pretotalitarian; its hallmark is impotence insofar as power always comes from men acting

> together…; isolated men are powerless by definition."
>
> *Hannah Arendt in The Origins of Totalitarianism*

Nas palavras de Hannah Arendt, o isolamento constitui um fator fortíssimo na diminuição do poder de socialização entre os homens, levando-os ao que ela chama por enfraquecimento que, por consequência, os deixarão mais vulneráveis. O primeiro passo era privá-los de todos e quaisquer direitos, segregando-os de seus lares e jogando-os nos guetos onde, mais tarde, seriam exterminados. Sobre esse pensamento, Hanna discursiviza na sua obra:

> Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus privando-os, primeiro, de toda condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando-os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado. O mesmo se aplica, com certa ironia, em relação ao direito de liberdade, que é, às vezes, tido como a própria essência dos direitos humanos. (Arendt, 1989, p. 329)

Uma liberdade tão rara quanto inexistente para os judeus na época da Segunda Grande Guerra. A partir de nossa intervenção, pensamos em dois aspectos a serem analisados a partir do documento epistolar do KL Auschwitz, na Polônia: o interdiscurso e a cena discursiva onde ocorre a produção epistolar do prisioneiro.

Com relação à Análise do Discurso, tendo por base metodológica as ideias do pensador francês contemporâneo Dominique Maingueneau – sem adentrar nas polêmicas que

envolvem as bases teóricas, as fases e os problemas internos da Análise do Discurso – vê-se que a análise discursiva tem, como um dos seus pontos de problematização, encontrar marcas do interdiscurso como eixo norteador dos estudos de Maingueneau.

2. INTERDISCURSO E CENA DISCURSIVA: CONCEITOS BASILARES

O *interdiscurso* é conceituado por Maingueneau (2008a, p. 33) como um conjunto de discursos que mantém uma relação discursiva entre si, tripartido em universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo: *Universo discursivo* é o conjunto heterogêneo de formações discursivas que interagem numa conjuntura. Embora finito, é irrepresentável e não pode ser apreendido em sua globalidade. *Campo discursivo* é o conjunto de formações discursivas em concorrência que se delimitam numa região do universo discursivo. O discurso se constitui no interior de um campo discursivo, que foi etiquetado pela tradição como campo discursivo religioso, político, literário, etc. *Espaço discursivo* é o subconjunto do campo discursivo, que liga no mínimo duas formações discursivas que se relacionam e são importantes para o entendimento dos discursos em questão. Como analistas, colocamos em relação esses subconjuntos de formações discursivas da maneira que julgamos relevante. O conceito de interdiscurso é o que nos possibilita relacionar a memória coletiva à análise das canções, já que ele permite que os dizeres que já foram ditos tenham sentido em nossas palavras.

Maingueneau, enfatiza que, em sua percepção, o interdiscurso é o "princípio central da análise do discurso" (MAINGUENEAU, op., cit, p. 5). Isso acontece porque, na obra de Maingueneau, o "discurso é entendido como uma interação entre discursos, o que implica um tipo de análise em que a identidade discursiva é definida a partir da interdiscursividade, isto

é, da relação do discurso com o seu outro" (BRUNELLI, 2008, p. 14).

Nesse sentido, Maingueneau afirma que o interdiscurso não se encontra em uma estrutura linguística absolutamente fechada, sem possibilidade de mudanças e flexibilizações (uma equação matemática, uma interpretação fundamentalista e radical de um texto sagrado e religioso, etc). Pelo contrário, em sua percepção, o interdiscurso se encontra e se manifesta em discursos que carreguem uma possibilidade de mudança, de flexibilização e de inovação. Essa possibilidade de mudança, de transformação só é possível porque o discurso está em contato, em diálogo com outros discursos. Em suas palavras:

> [...] a identidade de um discurso se constrói e se alimenta através de outros discursos; falar é sempre falar com, contra ou por meio de outros discursos, outras vozes. Portanto, a relação de um texto consigo mesmo e sua relação com outros, ou seja, do "intradiscurso", com o "interdiscurso", não podem ser dissociadas. Muitos fenômenos textuais podem ser interpretados à luz do primado do interdiscurso: a pressuposição, a negação, as citações, o modo e o tempo, a ironia, a paródia, etc. (MAINGUENEAU, op., cit, p. 5)

Para Maingueneau (2006, p. 250) a cena enunciativa ou como ele mesmo a denomina de Cenas da enunciação é caracterizada como "o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada". O discurso, na concepção da AD francesa, se é apenas um conjunto de enunciados que fazem parte de uma sociedade ou manifestado por alguma instituição, mas os lugares onde são possíveis a criação das instancias que atravessam o próprio discurso. O pensador francês apresenta um profundo conhecimento sobre as cenas que são e poderão ser identificadas na AD, a saber: cena englobante, cena genérica e cenografia (dependendo do ponto de vista que se assume).

A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso. Está relacionada ao tempo e ao espaço, pois surge da necessidade da

sociedade. Ela nos situa para interpretarmos o discurso, mostrando-nos em nome de que ele interpreta o coenunciador e tendo em vista a finalidade de sua organização. São exemplos de tipo de discurso o filosófico, o poético, o político, o publicitário etc.

Por ouro lado, a *cena genérica* corresponde ao gênero do discurso, que define seus próprios papéis; está ligada a uma instituição discursiva, é o contrato associado a um gênero de discurso. O domínio dos gêneros ou a competência genérica é fundamental para a competência discursiva. Portanto, a primeira e a segunda cenas supracitadas definem o quadro cênico do texto, o espaço estável no qual o enunciado tem sentido. São elas que permitem o conhecimento do tipo e do gênero discursivo. Além disso, na enunciação, ambas se fazem essencialmente presentes.

Quanto a *cenografia,* é aquela com a qual o coenunciador se confronta, corresponde ao contexto que a obra implica. Não se trata de um cenário ou de um quadro já construído e independente no interior de um espaço. Ao contrário, à medida que a enunciação se desenvolve, o seu dispositivo de fala vai sendo constituído. Trata-se, assim, da cena de fala que o discurso pressupõe para que possa ser enunciado. Esta cena se apoia na memória coletiva a fim de legitimar um enunciado e ao mesmo tempo ser legitimada por ele. Ela só se manifesta plenamente se mantiver certa distância em relação ao coenunciador, para que ela mesma controle seu desenvolvimento. Desse modo, a escolha da cenografia não se dá sem propósitos, uma vez que o discurso se desenvolve a partir dela, no intuito de conquistar a adesão com a instituição da cena enunciativa que o torna legítimo.

Dentre as três cenas acima supracitadas, a cenografia se destaca como a cena de enunciação mais plausível dos investimentos na criação do discurso. Apresenta-se como uma dimensão criativa do discurso, na qual engendra-se o simulacro de um momento, de um espaço e de papéis sociais conhecidos e compartilhados culturalmente.

Em nossa análise, a *cena englobante* corresponde ao discurso interditado pelos mecanismos de controle, a realidade do KL; a *cena*

genérica corresponde ao gênero carta e a terceira cena, a *cenografia,* corresponde ao cenário, as recordações da família, costumes.

Se refletirmos sobre o nosso *corpus* – as cartas produzidas dentro do dentro do Campos de Concentração – que discursos poderiam ser produzidos a partir da posição sujeito-prisioneiro? Que forças ideológicas estabeleceriam aquilo que poderia e não poderia ser dito dentro desta cena enunciativa? Por se tratar de documentos epistolares da Segunda Guerra Mundial, estas produções discursivas trazem outra análise das condições de produção: o silêncio como forma do não-dito.

Para Pêcheux, as condições se referem à posição do sujeito e possibilitam que um discurso seja pronunciado ou não. O lugar ocupado por este sujeito que anuncia interfere no sentido do seu discurso, uma vez que o sujeito está situado no interior de uma relação de forças que "um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas" (PÊCHEUX, 1987, p. 77).

Ao falar, o sujeito utiliza-se de determinados termos para construir seu dizer; entretanto, poderia dizê-lo de outra forma, com outras palavras. Daí a razão de incluirmos na análise o conceito de silêncio, posto que, quando uma formulação é materializada, outra é apagada, ou silenciada. Estas considerações fazem-nos pensar na questão do silêncio político, tal como é tratada por Orlandi (2007, p. 81). Para a autora, o silêncio político (ou política do silêncio) pode apresentar-se sob a forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de silêncio local (censura). No silêncio constitutivo, o sujeito diz X para não dizer Y, isto é, ao produzir determinado enunciado o sujeito silencia outros sentidos possíveis, mas não desejados naquele momento. Já a censura caracteriza-se pela proibição da inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta sua identidade. Sobre isso, Orlandi (2007, p. 81) nos diz que:

> Ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o "lugar" que lhe é destinado, para produzir

> os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito.

Para Orlandi (2007), essa forma do não-dito é uma vertente cuja origem está no fato da linguagem ser política e que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico – uma política do silêncio que, para autora, dá-se de duas maneiras:

> **a)** O silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente. A atividade de nomear é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito;
> **b)** O silêncio local: do tipo de censura e similares, este silêncio é que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem, por exemplo, em uma forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc (ORLANDI, 2007, p. 49-50).

Segundo a autora, o silêncio não é visto apenas em sua negatividade, ele significa, o seu não-dizer contém sentido, é fundador, portanto, sustenta o princípio de que a linguagem é política. O silêncio que pretendemos abordar em nossas análises é aquele que permeia as produções escritas dos campos de concentração. Ainda para Orlandi (2007, p. 76-77), como o discurso,

> sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos "lugares", ou melhor, proíbe-se certas "posições" do sujeito. [...] A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual se configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala.

Percebemos aqui que a relação com o "dizível" é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definidos pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer.

Portanto, é nesta perspectiva que, através da história da Segunda Guerra, das 'memórias' dos campos, da interdição e censura da palavra do sujeito paciente, da ideologia dominante da época, buscaremos as materialidades interpretativas necessárias para compreendermos que para entrar em determinadas ordens do discurso, o sujeito necessita estar inserido em um considerável número de regras.

Com base nesta definição, veremos agora na análise de como a sociedade nazista interditou que certos dizeres fossem produzidos pelos sujeitos que estavam dentro dos campos de concentração.

3. ANÁLISE DA CARTA - PRISIONEIRO DO KL DE AUSCHWITZ

Partindo do princípio de que as cartas se constituem discursos ritualizados e que seus sujeitos se inscrevem sócio historicamente *no* e *pelo* ato da enunciação, há o pressuposto de que o discurso das cartas demanda de um enunciador e um coenunciador, e, consequentemente, das condições de produção a serem desveladas pelo interdiscurso postulado por Maingueneau. Apresento, inicialmente um dos *corpora* de análise, uma carta do prisioneiro 7660 para sua família.

Segundo Charaudeau (2014), as trocas de informações pelos interlocutores do ato comunicativo são regidas por um conjunto de normas sociais e culturais estabelecidas, as quais devem ser observadas para que o discurso seja eficiente. Sendo assim, as trocas linguísticas estariam delimitadas pelo contrato de comunicação.

Vejamos a carta:

Quadro 1 - Configuração formal do gênero carta – Campo de Concentração de Auschwitz - Polônia (Remetente: prisioneiro 7660, 15/06/1941)

Auschwitz, 15/VI/1941	***Localização e Data***
Querida Gertrud,	***Saudação inicial/Vocativo***
volto agora a te escrever. ***Estou com saúde por aqui.***	***Captação da Benevolência***
O que eu XXX contigo e as crianças aí? ***Por que tu não me escreves, ou tu não estás recebendo as cartas, ou o quê [?]. Não consigo entender. Eu te escrevi que era para me enviar dinheiro.*** Tu não deves perguntar XXX nenhum XXX, tu deves vender alguma das minhas coisas ou se tu tiveres XXX tu também podes vender e deves me enviar todo mês 40 marcos. Tu tens que fazer isso para mim. ***Como estão as coisas aí em casa, o que tu tens feito com as crianças [?].*** Como estão a (ilegível e o ilegível)[6]? Dá um beijo meu em cada um deles. ***Sinto tua falta na dificuldade***. Tu deves me mandar o dinheiro.	***Corpo da mensagem***
Um abraço para todos vocês em casa. Os pais. A cunhada. [Nomes] Querida Gertrud, se tu falares com o *Herr* (ilegível), cumprimenta-o por mim.	***Despedida***
Eu abraço todos vocês XXX até o XXX	***Assinatura***
	Controle do Campo

Fonte: arquivo particular do pesquisador

Na carta 1, o enunciador é Waclaw Holecek. De acordo com o Arquivo documental de Auschwitz, esse prisioneiro, registrado

[6] A omissão dos nomes dos familiares pelas quais o prisioneiro 7660 se refere nas cartas - como falado no capítulo metodológico - não foram possíveis identificar na tradução devido as precárias condições da cursiva.

com o número 7660, com data e local de nascimento desconhecidos, foi trazido para KL Auschwitz em 18 de dezembro de 1940, de Katowice. Nesta carta, endereçada à coenunciadora Gertrud, Waclaw relata preocupação e angústia.

Por se tratar de um discurso vindo de um KL, a cenografia é um aspecto bastante relevante para compreendermos como se dá a interação enunciador/coenunciador. A cenografia conforme Maingueneau (2010, p. 206) é a primeira apresentação do enunciado que o coenunciador se depara, pois "não se trata de uma "moldura, mas ela se constitui na própria enunciação". A cenografia à qual nos referimos emerge com os mecanismos disciplinares do discurso, em consonância com o discurso do prisioneiro.

A primeira observação a ser apontada é que a troca de correspondência só seria possível se o remetente cumprisse com as determinações das regras estabelecidas pela direção do campo, ou seja, o remetente teria que satisfazer às exigências para o seu dizer pudesse ser discursivizado. De acordo com Orlandi (2015, p. 31) "todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos". Essa significação se dá a partir de escolhas discursivas. Veremos, a partir da análise, como essas escolhas discursivas forma estabelecidas em consequência dos mecanismos de controle do discurso. Tais mecanismo apresenta-se no quadro abaixo:

Quadro 2 - Configuração formal do gênero carta – Campo de Concentração de Auschwitz – Mecanismos de controle

1. ***Cada prisioneiro sob custódia pode receber de seus familiares e enviar a estes duas cartas ou dois cartões por mês****. Cartas a prisioneiros devem ser* ***escritas à tinta e de forma legível****, devem ser de uma* ***única página e em língua alemã****. É permitido apenas usar uma folha de tamanho normal. Envelopes não forrados. A uma carta podem ser acrescentados apenas 5 selos de 12 Pfennig do Deutsche Reichspost.* ***Tudo o que desviar disso é proibido e está sujeito***

***a ser confiscado**. Fotografias não podem ser utilizadas como cartões postais.*

De conhecimento desses mecanismos de controle discursivo e a fim de uma melhor análise do discurso dos enunciados na carta, alguns recortes foram feitos no ato enunciatário. A partir de agora, cada recorte passará a ser intitulado como sequência discursiva (SD) e, esta, será enumerada em ordem crescente.

A saber: SD1) *Por que tu não me escreves, ou tu não estás recebendo as cartas, ou o quê* [?]; SD2) ... *Não consigo entender*; SD3) *Eu te escrevi que era para me enviar dinheiro*; SD4) *Estou com saúde por aqui*; SD5) *Como estão as coisas aí em casa, o que tu tens feito com as crianças [?]*; SD6) *Sinto sua falta na dificuldade.*

Na primeira SD –*Por que tu não me escreves, ou tu não estás recebendo as cartas, ou o quê [?]* – podemos identificar e compreender a partir dessa discursividade, alguns efeitos de sentido: 1) O enunciador questiona o porquê de não estar recebendo respostas às cartas enviadas; 2) O enunciador não tem noção de que a entrada e saída de cartas do campo passa por procedimentos de controle do discurso. Os procedimentos de controle do discurso eram estabelecidos como forma de "policiamento" daquilo que podia ou não ser discursivizado nas cartas escritas dentro dos campos de concentração, como se pode perceber aqui.

Esse enunciador legitima suas condições de vida a partir de silenciamento. Esse silenciamento, não percebido pelos coenunciador, legitima a falta de comunicação através da SD2: "*Por que tu não me escreves, ou tu não estás recebendo as cartas, ou o quê*", tendo em vista que o coenunciador não obedece as mesmas regras de controle discursivo no envio de correspondências.

No dispositivo também em campos de concentração nazistas, se estabeleciam as seguintes normas sobre o que "pode ou não ser dito", justificado na passagem "***Alles andere ist verboten und unterliegt der Beschlagnahme***" (*Tudo o que desviar disso é proibido e está sujeito a ser confiscado*). Percebe-se aqui que há um controle no funcionamento do discurso do

prisioneiro/família em obrigá-lo a não dizer tudo o que sabe ou sente.

O fato supracitado pode ser justificado nesse recorte, tendo em vista que o enunciador desconhece os motivos pelos quais as cartas não tenham chegado à família. A expressão "*ou o quê*" traz consigo o silenciamento de não pode justificar que, por meio do controle, as correspondências não terão origem/destino. Ainda ressaltando e reforçando os procedimentos de controle, destaco que a expressão "*desviar disso*" traz consigo o silenciamento de não explicitar as reais condições de permanência no campo de concentração.

Assim, como atesta Orlandi, neste enunciado se estabelece o "silêncio local', uma vez que se proíbe que um sentido seja exposto e que não permite que circule. É o silêncio fundador, que produz um estado significativo para que o sujeito se inscreva no processo de significação, mesmo na censura, fazendo significar por outros jogos de linguagem, o que lhe foi proibido. "A censura é um sintoma de que ali pode haver outro sentido" (ORLANDI, 2007, p. 118). Além da censura em relação aos discursos nas cartas, o telegrama também poderia servir como lugar de memória do sanatório, uma vez que este poderia, também, discursivizar as reais condições dos internos.

A SD 4 traz consigo atos de interdiscurso que estavam presentes também em outros enunciados em cartas dos campos de concentração. O discurso do enunciador – *Estou com saúde por aqui* – dialoga com os discursos das cartas dos campos de concentração, no qual a expressão em alemão "***Ich bin gesund***" (*Estou bem de saúde*) é um indicador não de boa condição de saúde, mas de que os não ditos trazem as marcas do enunciado "*eu estou vivo*". A escolha discursiva, de acordo com o esquecimento pechetiano, poderia ser outro, mas sob pena da carta não sair do campo de concentração, o fez com a escolha lexical que foi possível, o seja, através dos procedimentos que determinam o que pode ou não ser dito.

Tais escolhas discursivas teriam que atender às normas disciplinares (entrada e saída) estabelecidas pelo regime autoritário.

O controle autoritário nos campos ordenou que esse enunciado de "bom estado de saúde" fosse empregada pelas fiadores em campos de concentração diversos

Ainda sobre esse recorte, a afirmação de "bem estar" (através do enunciado *Ich bin gesund*) opera como uma "memória coletiva" no que se refere a prisioneiros em campos de concentração. A estrutura enunciativa *Ich bin gesund*, encontra-se, na concepção de Maingueneau (2013, p. 58), em 'uma organização situada para além da frase', uma vez que ela está submetido a regras de organização vigentes em um grupo social determinado. Nesse caso aqui, as regras de controle discursivo dos KL não permitiam relatar, por escrito, as experiências do dia-dia nos campos. Outra marca interdiscursiva que devemos destacar nessa parte de análise, é os ditos mostrados na carta do prisioneiro 7660 podem ser lembrados através dos ditos de outros campos de concentração. Veremos essas marcas interdiscursivas a partir das outras cartas de Auschwitz, Dachau e Buchenwald.

É notório que a temática saúde não só é o eixo norteador das trocas comunicativas dessas epístolas, mas também o discurso não mostrado, implícito, escondido e silenciado. Embora todos soubessem que a entrada de medicamento era terminantemente "proibida", os prisioneiros não podiam mencionar maus-tratos, doenças ou fraqueza. A fraqueza era um dos primeiros indícios que não poderiam permanecer vivo nos campos, uma vez que não serviriam para os árduos trabalhos. Assim foi o destino de pessoas magras, com alguma deficiência física, motora ou psicológica, ou mesmo que usavam próteses. Pedidos de custódia ou tentar fala com alguém que estava fora do campo era algo impossível.

O contato entre interno/externo ao campo só poderia ocorrer por meio de correspondência. Para isso, usava-se a respectiva norma disciplinar: ***Sprecherlaubnis und Besuche von Häftlingen im Lager sind grundsätzlich nicht gestattet*** (*É absolutamente proibido falar com prisioneiros no campo e a sua visita*). Vemos no descrever dos cinco recortes, como a sequência discursiva constrói algumas imagens do enunciador. Aqui,

destacamos a possibilidade de *ethos* em três pontos: *primeiro*, um tom envergonhado, expresso por um enunciador que se sente humilhado em solicitar, insistentemente, o envio de dinheiro. Embora o envio de dinheiro fosse permitido de fora para dentro do campo, o tom de apelo discursiviza através de uma corporalidade de extremo desespero.

Ainda nesse deslocamento, seu tom corporal é determinado, como aponta Charaudeau (2009), por meio da situação de comunicação. O uso recorrente da sequência impositiva ***Tu não deves; se tu tiveres; tu também podes vender e deves me enviar; Tu tens que fazer isso para mim; Tu deves me mandar o dinheiro;*** expressa, num *segundo* momento, outra possibilidade de *ethos:* do patriarcado[7].

De acordo com Lemos (2013, p. 201) a religião, enquanto sistema simbólico que contém e expressa o *ethos* de uma população, interage, de maneira dialética, com uma das destacadas características socioculturais de nossa história, ou seja, o patriarcalismo. Ela apresenta-se como um elemento estruturante do patriarcado, tanto pela sua forma patriarcal de organização formal quanto pela longa construção teológica sobre os lugares do masculino e do feminino nas relações sociais e religiosas. Esse lugar, atribuído a coenunciador Gertrurd, é marcado pela submissão – instituído pelo *Talmud* [8] - das mulheres judias frente ao seu companheiro.

---

[7] O poder patriarcal refere-se à submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: a) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, b) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. LEMOS, Carolina Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, out. 2013. ISSN 1983-778X. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795>. Acesso em: 09 mai. 2021. doi: http://dx.doi.org/10.18224/cam.v11i2.2795.

[8] É a transcrição das discussões e interpretações dos Sábios, que fazem parte da tradição oral do povo judaico. KOCHMANN, Sandra. O Lugar da Mulher no Judaísmo. **Revista de Estudos da Religião** n. 2, 2005, p. 35-45, ISSN 1677-1222. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_kochmann.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2021.

Sobre esse aspecto supracitado, os Sábios do *Talmud* interpretaram o versículo "Toda a glória da filha do rei na sua casa" (Salmo 45:14), ensinando que a honra de uma mulher exige que ela fique na sua casa, cumprindo sua função essencial de ter filhos e de facilitar ao seu marido o cumprimento dos preceitos. De acordo com Kochmann, seguindo essa lógica, as mulheres eram definidas

> pelo aspecto biológico, **como mães procriadoras**; do ponto de vista sociológico**, eram dependentes**, primeiro do pai e depois do marido; e, sob o prisma psicológico, eram incapazes de dedicar-se a **temas tidos sérios ou importantes**, exclusivos dos homens. **Elas são donas da casa, eles são donos delas**. De fato, até em hebraico a palavra 'marido' é baal, que significa '**dono, patrão, proprietário e donos do mundo**'. (KOCHMANN, 2005, p. 38, grifos meus)

Percebemos, acima, a presença de um terceiro *ethos* a ser identificado do enunciador: da humildade. Apesar de mostrar-se na construção da imagem de si como um homem autoritário, – apesar da adversidade de se encontrar nas condições mais difíceis e inumanas no âmbito de um campo de concentração – seu tom demonstra um reconhecimento de que ele ainda precisa de um apoio, quando o fiador menciona na SD6: "***Sinto tua falta na dificuldade***". Percebo, ainda, o deslocamento para um quarto ethos na construção da imagem de Gertrurd feita pelo seu enunciador: a do *anti-ethos*. A coenunciadora – apesar das marcas identitárias de ***mãe procriadora, dependente, incapaz de dedicar-se a temas tidos sérios ou importantes; donas da casa, eles são donos delas,*** torna-se importante na necessidade de seu "dono". Aqueles temas sérios ou importantes "***exclusivos dos homens"*** passou a ter relevância para a coenunciador, afinal, agora ela assume o controle de ter que tratar de assuntos sérios como vender bens e produtos como meio de enviar dinheiro para o prisioneiro.

Por meio de sua atitude patriarcal, o sujeito é ideológico, pois suas falas revelam seus valores, crença de um movimento histórico

e de um grupo social. Os valores apresentados na análise, permitem-nos identificar a construção de um *ethos* autoritário e manipulador.

Percebemos que, essas "noções de *ethé*" compreende não só a dimensão propriamente vocal mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à corporalidade do enunciador" (MAINGUENEAU, 2002, p. 98).

Tomando como base analítica o enunciador-prisioneiro 7660, vemos um sujeito situado historicamente na égide dos conflitos da Segunda Guerra Mundial; perseguido com sua comunidade judaica e condenado a viver em condições sub humanas nos guetos, separado dos familiares por captura; transportado como animal – em vagões lotados – para dos campos de concentração nazista, exposto à jornada de trabalho exaustiva, bem como sobrevivendo mediante controle e proibições. A compreensão dos sentidos por meio do silenciamento também é polifônico, uma vez que seu discurso ressoa no eco de outros discursos que também eram interditados.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que faz com que evoquemos o passado? Lidar com o resgate da história passa, inevitavelmente, pela construção desse questionamento, por vezes, de difícil elucidação. Compreendermos quem somos ou que postura tomamos a partir dos rastros trazidos por nossa ancestralidade.

Há uma preocupação em não esquecer se deve, não somente ao resgate da memória em si, mas, à preservação da própria humanidade, no sentido de que não se pode permitir a existência de padrões de intolerância, que culminem em novos genocídios. É preciso aprender com o passado e não apenas resgatá-lo por si só. É necessário que esta memória seja mantida viva para que a lição dos crimes contra a humanidade e do desrespeito ao outro seja

realmente apreendida, pois, o homem só é livre quando se pauta por um comportamento social viável em relação à sua própria existência e continuidade na Terra.

Este é o verdadeiro papel do resgate da memória, ou seja, a formação de uma identidade, de uma consciência que, mesmo não unânime em face de toda uma sociedade – haja vista a utopia de tal construção, mas que seja, ao menos, absorvida e difundida por políticas de estado, numa perspectiva generalista. Afinal, é pela implementação de políticas de estado que se pode construir uma cultura de tolerância. É por meio dos mecanismos de educação, de comunicação, de formação do substrato de uma identidade coletiva, de elevação da autoestima e tantos outros, que se propagam ideias e fundamentos. Seriam, assim, formas de superação dos traumas de um regime que usou não só do poder de separar ou segregar, mas de matar.

Foucault concebe o poder em suas várias dimensões, é algo que está presente em todas as esferas sociais. Em nosso trabalho, buscamos compreender como o poder se deu no âmbito do regime nazista da segunda grande guerra. Evidenciamos que o aparelho Ideológico de Estado não só foi responsável pela exclusão e extermínio de judeus, mas também por um controle rigoroso dos discursos. Este controle era feito por meio do estabelecimento de regras de conduta que avaliavam o que podia ser ou não dito através da troca de correspondências entre prisioneiros em campos de concentração.

Através do percurso histórico em relação às manifestações do poder, do regime de controle e proibição, percebemos na análise do fragmento nas cartas produzida nos campos que os sujeitos prisioneiros eram submetidos a dizer não o que queriam, mas a produção de discursos que silenciasse as verdadeiras condições as quais passavam todos os dias. Este primeiro tópico analisado das informações de controle impresso nas cartas dos campos de concentração revela que há muito mais para ser investigado e desmitificado no que tange as produções epistolares da segunda guerra mundial. O primeiro passo dado, ainda que inicial, foi

compreender como dentro como o poder de um aparelho de Estado o discurso é controlado e o seu não cumprimento acarreta destruição e morte.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFIA

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 10. Ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

ARENDT, Hannah. *Os limites do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. *Da violência*. Tradução de: Maria Claudia Drummond, São Paulo, Companhia das Letras, 2004

FOUCAULT. M. *A história da sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro, Graal, 1993.

FOUCAULT. M. "Genealogia e Poder". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 176.

FOUCAULT. M. "O Sujeito e o Poder." In: RABINOW, P.& DREYFUS, H. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária,1995. (p 231-249).

FOUCAULT. M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999

FOUCAULT. M. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura

Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LE GOFF, J. "Memória". In: *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999, p. 423-483.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª edição. São Paulo: UNICAMP, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4ª edição. São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; et al.. *Papel da memória.* Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. Campinas: EDUNICAMP, 1988.
PÊCHEUX, M. *Terra à vista! Discurso do confronto: o velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editora, 1987.

WIENER, A. *64735 From A Name to A Number: A Holocaust Survivor's Autobiography*. Publicado pela Author House: USA, 2007.